



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica
Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses
(2.º Ciclo)

Unidade curricular

Direito Probatório Civil – 1.º semestre

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Rui Filipe Soares Pereira – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

-

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

São objetivos do presente curso proceder a um estudo aprofundado de direito probatório civil.

Conteúdos programáticos

Introdução

1. Ideias gerais e introdutórias sobre a prova jurídica
2. Tópicos fundamentais da teoria da prova jurídica
3. Elementos de direito probatório material e formal
 - 3.1. Os princípios fundamentais em matéria de prova
 - 3.2. O ónus da prova
 - 3.3. O recurso às regras da experiência (ou regras da vida – ensinamentos adquiridos pela observação empírica dos factos) e às presunções judiciais, naturais ou de facto
 - 3.4. Os meios de prova
 - 3.5. Os meios de obtenção da prova
 - 3.6. As provas atípicas
 - 3.7. As provas ilícitas
 - 3.8. O problema da falta de prova e da necessidade de prova
 - 3.9. As limitações epistémicas: a prova não fiável
 - 3.10. A produção e o registo da prova
 - 3.11. O processo de prova e a formação da crença/convicção
 - 3.12. A decisão de facto, a análise crítica da prova, a fundamentação/motivação e a decisão final
 - 3.13. A prova nos recursos
 - 3.14. 2 tópicos adicionais: a prova nos procedimentos cautelares; a prova na execução

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abrangem várias possibilidades de aplicação da prova civil.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

O Regulamento de Avaliação dos Cursos de Mestrado em Direito da FDUL impõe o cumprimento de um programa da cadeira, oportunamente remetido ao Conselho Diretivo e divulgado no sítio da Faculdade na Internet e nos lugares de estilo.

As aulas são teórico-práticas.

É sempre realizada a chamada no início de cada aula prática e são registadas as ausências, vulgo “faltas”. A assiduidade não constitui um elemento autónomo de avaliação, mas as faltas constituem um fator de exclusão da avaliação contínua. É permitida a entrada de alunos no decurso da aula, embora com expressa advertência de que tal deve ser evitado.

A participação oral dos alunos é fomentada através de agendamento e indicação prévia de doutrina e jurisprudência,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

que todos conhecem com antecipação. Também é fomentada a participação espontânea. Deverá ser realizado um relatório escrito, com o máximo de 15 páginas de texto (tipo de letra Times New Roman, corpo 12 em texto e 10 em nota de rodapé, espaçamento 1,5). Finalmente, é realizado um teste escrito.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As aulas garantem a necessária interação com os alunos e a discussão aprofundada dos tópicos do programa da cadeira.

Bibliografia principal

- ALEXANDRE, Isabel,
(1991) *O Ónus da Prova na Acção Civil enxertada em Processo Penal*, Lisboa: Edições Cosmos.
(1998) *Provas Ilícitas em Processo Civil*, Coimbra: Almedina.
(2013) “A fase da instrução e os novos meios de prova no Código de processo civil”, in *Revista do Ministério Público*, ano 34, n.º 134 (Abr.-Jun. 2013), pp. 9-42.
- AMARAL, Jorge Pais de,
(2016) *Direito Processual Civil*, 12.ª ed. (reimpressão da edição de 2015), Coimbra: Almedina.
- ANDRADE, Manuel de,
(1979) *Noções Elementares de Processo Civil*, Coimbra: Coimbra Editora.
- BAPTISTA, José João,
(2006) *Processo civil I: parte geral e processo declarativo*, 8.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora.
- BRANCO, Carlos Castelo,
(2018) *A Prova Ilícita - Verdade ou Lealdade?*, Coimbra: Almedina.
- CABRITA, Helena,
(2015) *A Fundamentação de Facto e de Direito na Decisão Cível*, Coimbra: Coimbra Editora.
- CALHEIROS, Maria Clara,
(2015) *Para uma Teoria da Prova*, Coimbra: Coimbra Editora.
- CAMPOS, Sara Rodrigues,
(2018) *(In)admissibilidade de Provas Ilícitas - Dissemelhança na Produção de Prova no Direito Processual?*, Coimbra: Almedina.
- CAPELO, Maria José,
(2013) “A enigmática figura do técnico no Código de Processo Civil”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, 1.º vol., org. Armando Marques Guedes et al., Coimbra: Coimbra Editora, 2013, pp. 1045-1067.
(2015) *A Sentença entre a Autoridade e a Prova*, Coimbra: Almedina.
- CASANOVA, J. F. Salazar,
(2004) “Provas ilícitas em processo civil: sobre a admissibilidade e valoração de meios de prova obtidos pelos particulares”, in *Direito e Justiça*, vol. 18, Tomo 1 (2004), pp. 93-130.
- CASTRO, Anselmo de,
(1982) *Direito Processual Civil Declaratório*, vol. III, Coimbra: Almedina.
- CORDEIRO, António Menezes,
(2005) *Tratado de Direito Civil Português*, I, Tomo V, Coimbra: Almedina.
- DUARTE, Rui Pinto,
(2015) “Algumas notas acerca do papel da convicção-crença nas decisões judiciais”, in *Escritos Jurídicos Vários 2000-2015*, Coimbra: Almedina, pp. 107-119.
(2015) “Algumas notas acerca da dúvida no direito”, in *Escritos Jurídicos Vários 2000-2015*, Coimbra: Almedina, pp. 533-553.
- FARIA, Rita Lynce de,
(2001) *A Inversão do Ónus da Prova no Direito Civil Português*, Lisboa: Lex.
- FREITAS, José Lebre de,
(1991) *A Confissão no Direito Probatório: um estudo de direito positivo*, Coimbra: Coimbra Editora.
(1998) “Confissão: valor probatório, eficácia no processo e interpretação; sua articulação com a causa de pedir; a admissão e outra confissão”, in *O Direito*, Ano 130, N.ºs 3-4 (Jul.-Dez. 1998), pp. 403-426.
(2010) *Estudos Sobre Direito Civil e Processo Civil*, vol. I, Coimbra: Coimbra Editora.
(2013) *A Acção Declarativa Comum à Luz do Código Revisto*, 3.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora.
- FREITAS, José Lebre de/MACHADO, António Montalvão/PINTO, Rui,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (2017) *Código de Processo Civil Anotado*, vol. 2.º, 3.ª ed., Coimbra: Almedina.
- GIL, Fernando,
(1986) *Provas*, Lisboa: INCM.
- (1992) “Direito: neutralidade do facto e ónus da prova”, in *Sub judice. Justiça e sociedade*, N.º 4 (Set.-Dez. 1992), pp. 8-12.
- GOMES, Manuel Tomé Soares,
(2005) “Um olhar sobre a prova em demanda da verdade no processo civil”, in *Revista do CEJ*, N.º 3 (2.º semestre de 2005), pp. 127-168.
- GOUVEIA, Mariana França,
(2008) “A Prova”, in *Themis*, edição especial, pp. 331-341.
- LIMA, Fernando Pires de/VARELA, João Antunes,
(1987) *Código Civil Anotado*, vol. I, 4.ª ed, Coimbra: Coimbra Editora.
- LINHARES, José Manuel Aroso,
(1988) *Regras de Experiência e Liberdade Objectiva do Juízo de Prova*, Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra, suplemento, vol. 31 (1988), pp. 1-364.
- (2001) *Entre a Reescrita Pós-Moderna da Modernidade e o Tratamento Narrativo da Diferença ou a Prova como um Exercício de «Passagem» nos Limites da Juridicidade (Imagens e reflexos pré-metodológicos deste percurso)*, Coimbra: Coimbra Editora.
- (2012) “Evidence (or proof?) as law’s gaping wound: a false persistent aporia?”, in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. 88, tomo I, 2012, pp. 65-89.
- LOPES, José António Mouraz,
(2011) *A Fundamentação da Sentença no Sistema Penal Português: legitimar, diferenciar, simplificar*, Coimbra: Almedina.
- MACHADO, António Montalvão/PIMENTA, Paulo,
(2009) *O Novo Processo Civil*, 11.ª ed., Coimbra: Almedina.
- MARQUES, J. P. Remédio,
(2011) *Acção declarativa à luz do Código revisto*, 3.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora.
- (2012) “A aquisição e a valoração probatória de factos (des)favoráveis ao depoente ou à parte chamada a prestar informações ou esclarecimentos”, in *Julgar*, n.º 16 (Jan.-Abr. 2012), pp. 137-172.
- MARTINS, João Marques,
(2017) *Presunções Judiciais na Responsabilidade Civil Extracontratual*, Cascais: Principia.
- (2017) *Prova por Presunções Judiciais na Responsabilidade Civil Aquiliana*, Cascais: Principia.
- MENDES, João de Castro,
(1961) *Do Conceito de Prova em Processo Civil*, Lisboa: Edições Ática.
- (1987) *Direito Processual Civil*, 2.º vol., Lisboa: AAFDL.
- MENDES, Paulo de Sousa,
(2004) “As proibições de prova no processo penal”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. MARIA FERNANDA PALMA), Coimbra: Almedina, pp. 133-154.
- (2010) “A Prova Penal e as Regras da Experiência”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, Vol. III, org. MANUEL DA COSTA ANDRADE, MARIA JOÃO ANTUNES e SUSANA AIRES DE SOUSA, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 997-1011.
- (2015) *Lições de Direito Processual Penal*, 3.ª reimp. (1.ª ed., 2013), Coimbra: Almedina.
- (2016) “A incerteza factual e a prova no processo penal”, in *Liber amicorum: Manuel Simas Santos* (coord. ANDRÉ PAULINO PITON), Lisboa: Rei dos Livros, pp. 1057-1079.
- (2018) *Causalidade Complexa e Prova Penal*, Coimbra: Almedina.
- MÚRIAS, Pedro Ferreira,
(2000) *Por uma distribuição fundamentada do ónus da prova*, Lisboa: Lex.
- PEREIRA, Rui Soares,
(2012) “Reflexões sobre uma teoria híbrida da prova”, in *Estudos em Homenagem a Miguel Galvão Teles*, vol. II, Coimbra: Almedina, pp. 207-225.
- (2016) “Modelos de prova e prova da causalidade”, in *VI Jornadas de Teoria do Direito, Filosofia do Direito e Filosofia Social - Juízo ou decisão? O problema da realização jurisdicional do direito*, ATFD e Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, pp. 447-483.
- (2017) *O Nexo de Causalidade na Responsabilidade Delitual: fundamento e limites do juízo de condicionalidade*, Coimbra: Almedina.
- (2018) “A probática na ciência do direito e a relevância do recurso ao método do caso para a teoria da prova”, in



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Revista de Direito Civil*, n.º 2, ano 3, 2018, pp. 351-366.
- PIMENTA, Paulo,
(2015) *Processo Civil Declarativo*, Coimbra: Almedina.
- REGO, Margarida Lima,
(2013) “Decisões em ambiente de incerteza: probabilidade e convicção na formação das decisões judiciais”, in *Julgar*, N.º 21 (2013), pp. 119-147.
- (2013) “O e-mail como título executivo”, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Lebre de Freitas*, 1.º vol., org. Armando Marques Guedes et al., Coimbra: Coimbra Editora, 2013, pp. 1021-1043.
- REIS, José Alberto,
(2012) *Código de Processo Civil Anotado*, vols. III e IV, 3.ª ed. (reimpressão), Coimbra: Coimbra Editora.
- RODRIGUES, Fernando Pereira,
(2011) *A Prova em Direito Civil*, Coimbra: Coimbra Editora.
- (2015) *Noções Fundamentais de Processo Civil*, Coimbra: Almedina.
- (2016) *Os meios de prova em processo civil*, 2.ª ed., Coimbra: Almedina.
- RUÇO, Alberto Vicente,
(2013) *Prova Indiciária: por que razão um facto é um indício ou base de uma presunção?*, Coimbra: edição de autor.
- (2016) *Prova e Formação da Convicção do Juiz*, Coimbra: Almedina.
- SERRA, Adriano Vaz,
(1961-1962) “Provas: direito probatório material”, in *Boletim do Ministério da Justiça*, N.º 110 (Nov. 1961), pp. 61-256; N.º 111 (Dez. 1961), pp. 5-194; N.º 112 (Jan. 1962), pp. 33-293.
- SOUSA, Luís Filipe Pires de,
(2013) *Prova testemunhal*, Coimbra: Almedina.
- (2017) *Prova por presunção no direito civil*, 3.ª ed., Coimbra: Almedina.
- SOUSA, Miguel Teixeira de,
(1984) *A livre apreciação da prova em processo civil*, Braga: Livraria Cruz.
- (1995) *As Partes, o Objecto e a Prova na Acção Declarativa*, Lisboa: Lex.
- (1997) *Estudos sobre o Novo Processo Civil*, Lisboa: Lex.
- (2013) “Prova, poderes da Relação e convicção: a lição da epistemologia: anotação ao acórdão do STJ de 24.09.2013”, in *Cadernos de Direito Privado*, n.º 44 (Outubro-Dezembro 2013), pp. 29-36.
- (2018) *A Prova em Processo Civil: ensaio sobre uma concepção inferencial*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- TRINDADE, Cláudia Alves,
(2016) *A Prova de Estados Subjetivos no Processo Civil - Presunções e regras de experiência*, Coimbra: Almedina.
- (2013) “Prova, justificação e convicção racional: a propósito do conceito de verdade proposicional no processo decisório jurisprudencial”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Alberto Xavier* (org. EDUARDO PAZ FERREIRA et al.), vol. 3, Coimbra: Almedina, pp. 149-185.
- VARELA, João de Matos Antunes/BEZERRA, José Miguel/SAMPAIO E NORA,
(1985) *Manual de Processo Civil*, 2.ª ed., Coimbra: Coimbra Editora.